

a luta é coletiva

A Convenção Coletiva regulamenta as relações de trabalho docente nas escolas e protege os professores. Tá quase tudo lá: garantia semestral de salários, bolsas de estudo, recesso, férias coletivas, hora-atividade, piso.

Há ainda direitos que nem sempre são lembrados como conquista da Convenção: cálculo dos salários, como devem ser os holerites, jornada de trabalho, duração da hora-aula, garantia de recesso para quem pede demissão no final do ano, estabilidade no emprego para quem está a 24 meses da aposentadoria, mudança de carga horária.

Esses direitos não nasceram por geração espontânea, nem são concessão patronal. São conquistas da luta sindical e que precisam ser renegociadas nas campanhas salariais.

Agora, o sindicato patronal das escolas de educação básica quer retirar ou reduzir direitos e desfigurar a Convenção: garantia semestral de salários, isonomia, bolsa de estudo, recesso, mudança de carga horária, seguro de vida, entre outros. No ensino superior, os mantenedores esperam se livrar do plano de saúde.

Os patrões pretendem adequar a Convenção Coletiva à reforma trabalhista, levando para dentro das escolas a contratação precária e desregulamentada. Essa é a proposta: reduzir as garantias coletivas e dar ampla liberdade para cada escola fazer suas próprias regras.

A ação coletiva em defesa da Convenção de Trabalho é um ato de resistência contra o desmonte das leis trabalhistas e de proteção à categoria dos professores.

tá na pauta

A assembleia do dia 10/03 discutirá a Campanha Salarial. A pauta está cheia e é muito importante.

- estratégias de luta e mobilização
- análise de eventuais contrapropostas patronais
- deliberação sobre possível movimento de greve
- autorização para instauração de dissídio coletivo

VAMOS DEFENDER O QUE É NOSSO!